

## **LA NACION (Argentina)**

### **El Mercosur pedirá más acceso a Europa**

El Mercosur presentará hoy a la Unión Europea una lista de 2800 productos para los que pide una "mejora sustancial" de las condiciones de ingreso al mercado europeo. El bloque responderá así a la oferta presentada por la Unión Europea (UE) en marzo en las negociaciones para crear una zona de libre comercio.

La última oferta de la UE tiene, según la Argentina, "dos grandes defectos". En primer lugar, un 58 por ciento del comercio involucrado es de productos donde la UE ya aplica el cero por ciento de arancel de importación cualquiera que sea el origen de los mismos, por lo que el Mercosur no obtendrá en ellos ninguna preferencia adicional.

En segundo lugar, la UE mantiene en "lista de espera" casi 1000 posiciones arancelarias sin especificar cuáles van a ser la modalidad y los plazos para su liberalización comercial, y en esa categoría se encuentran precisamente los productos de mayor interés exportador del Mercosur, agregó el comunicado de la cancillería argentina.

El nuevo listado comprende desde productos agrícolas y alimentos hasta químicos, máquinas y aparatos, textiles, cueros y sus manufacturas, que representan un negocio de casi 6000 millones de dólares y a los que hoy la UE aplica distinto tipo de aranceles y barreras no arancelarias. "Con esta presentación se da un paso sumamente importante en el proceso negociador, ya que con ello se ingresa en la etapa crucial de precisar las concesiones que cada parte dará a la otra en los bienes de su interés", señaló el vicecanciller, Martín Redrado.

El 65% de los 2800 productos incluidos en la lista es de origen agrícola, entre ellos carnes, productos de pesca, lácteos, miel, hortalizas y frutas, cereales y arroz, harinas, aceites, conservas, jugos, chocolates y confituras, bebidas y tabaco.

#### **Subsidios**

Los países avanzados dedican alrededor de 360.000 millones de dólares anuales a subsidiar y proteger a sus agricultores y productores de alimentos elaborados, es decir, aproximadamente mil millones de dólares diarios, según la cancillería argentina.

"El Mercosur está dispuesto a continuar avanzando en esta negociación estratégica importante para el desarrollo económico de nuestros países miembros siempre y cuando la Unión Europea demuestre concretamente su voluntad de respetar los intereses vitales de los cuatro socios otorgando un verdadero y efectivo acceso a su mercado comunitario", dijo Redrado.

## **GAZETA MERCANTIL (Brasil)**

### **Huguenev: será difícil cumprir prazos na OMC**

Rio, 19 de Maio de 2003 - O subsecretário-geral para Assuntos de Integração do Ministério das Relações Exteriores, embaixador Clodoaldo Huguenev, se mostra cético em relação à possibilidade de as negociações multilaterais da Organização Mundial de Comércio (OMC) serem concluídas dentro do prazo previsto, ou seja, até 2005, mantendo a integridade de sua agenda.

"A rodada de negociações, lançada em Doha no final de 2001, vem enfrentando sérias dificuldades para avançar e, faltando quatro meses para a reunião ministerial de Cancún, (no México) é difícil prever se será possível superar essas dificuldades", observa o embaixador, referindo-se à próxima reunião na cidade mexicana, voltada especificamente para avaliar o andamento dos trabalhos.

"É muito possível que não se possa cumprir o prazo de 31 de maio próximo para um acordo em modalidades para negociação de produtos industriais", diz Huguenev. Ele lembra que em 2002

frustrou-se o prazo para definição de modalidades para a negociação agrícola. A definição de modalidades é questão fundamental, são elas que determinam regras básicas para as negociações.

Os impasses da rodada de negociações de Doha - que tem como ponto central a questão agrícola - é tema do trabalho que o negociador brasileiro apresentará nesta quarta-feira, no painel sobre Ordem Mundial e Inserção Global do Brasil, do XV Fórum Nacional, que começa amanhã na sede do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES).

Em seu trabalho, Hugueney alerta que um fracasso da rodada poderá debilitar de forma definitiva o sistema multilateral de comércio, levando as principais potências comerciais - os Estados Unidos e a União Européia - a um jogo cada vez mais bilateralizante, onde o exercício do poder não é baseado na existência de regras multilaterais claras.

Bahadian na Alca

O governo indicou para a co-presidência brasileira da Área de Livre Comércio das Américas (Alca) o embaixador Adhemar Bahadian, atual cônsul-geral do Brasil em Buenos Aires.

Ele irá substituir Clodoaldo Hugueney, que irá dedicar-se às negociações na OMC. Bahadian terá como colega o embaixador norte-americano Peter Allgeier.

### **O que o Brasil espera da Alca**

19 de Maio de 2003 - Tema que tem ocupado as manchetes diárias de todos os jornais e revistas brasileiros, as negociações da Área de Livre Comércio das Américas (Alca) entraram recentemente em uma fase fundamental para o seu avanço: a apresentação de ofertas e prazos para desgravação tarifária. A proposta do governo norte-americano se mostrou extremamente impositiva e discriminatória, na medida em que dita regras para o avanço das negociações e diferencia as preferências concedidas aos bens industriais e agrícolas dos países mais competitivos dos menos competitivos. Os produtos industriais exportados pela região do Caribe serão favorecidos com a eliminação imediata de 91% do universo tarifário para os EUA; os da América Central, de 66%; os da Comunidade Andina das Nações (CAN), de 61%; e os do Mercosul, de apenas 58%. A diferenciação na área agrícola se mostra ainda mais desfavorável para o Brasil: os EUA propõem a eliminação de 85% das tarifas dos produtos importados do Caribe, de 64% dos da América Central, de 68% dos da CAN e de 50% dos do Mercosul. O que mais preocupa, no entanto, é a total ausência de referências na proposta americana às questões de itens sistêmicos, como subsídios e barreiras de proteção comercial (antidumping), que, na prática, são os maiores entraves às exportações nos setores em que o Brasil é mais competitivo.

Em sua proposta de liberalização comercial, os EUA enumeram uma série de outros setores que devem ter suas tarifas zeradas imediatamente após a ratificação do acordo pelos parlamentos dos 34 países participantes. Entre os setores agraciados com a benevolência dos norte-americanos estão o químico, o de equipamentos de construção civil e mineração, o de equipamentos elétricos, o de produtos da área de energia, o de produtos ambientais, o de tecnologia da informação, o de equipamentos médicos, o de papel, o do aço e o de produtos derivados da madeira. O grande problema desse ponto da oferta é que ela exige reciprocidade para que as tarifas sejam eliminadas, mas a maioria dos produtos para os quais os EUA querem liberalização imediata não tem competitividade similar no Brasil. Outro ponto divulgado como algo extremamente generoso e positivo para o avanço do processo foi a eliminação de todas as tarifas do setor têxtil em até cinco anos (final de 2010). Entretanto, o acordo Multifibras da OMC prevê a eliminação total das tarifas dos produtos têxteis em 2004. Portanto, o que os EUA buscam neste caso é ganhar mais tempo para promover sua maior competitividade nesse setor específico.

Atitudes como esta mostram a linha que os nossos vizinhos do Norte pretendem seguir ao longo dos 18 meses que antecedem o final das negociações da Alca: a da bilateralização do processo. Ao agir desse modo, demonstram o seu total descompromisso com a idéia original

da Alca. Quando o acordo começou a tomar forma, instituiu-se como um dos seus princípios mais importantes a cláusula de nação mais favorecida, que reza que, quando uma concessão é feita por qualquer um dos países pertencentes ao bloco, deve ser estendida aos demais, sem restrição. Valendo-se de argumentos de que a grande diferença socioeconômica entre os participantes do processo não permite que as ofertas sejam equânimes, os EUA afirmam que haverá tratamento diferenciado e fazem de tudo para que a cláusula não seja cumprida. Assim, seguem ditando as regras e conduzindo o processo.

É importante esclarecer, no entanto, que as ofertas apresentadas são apenas iniciais e, portanto, ainda podemos pressionar os EUA para que melhorem essa lista. A primeira oportunidade para que isso aconteça começou na semana de 15 de abril, quando os participantes da negociação deveriam ter solicitado a melhoria das ofertas iniciais. A partir de 15 de julho, se o cronograma for mantido, inicia-se a negociação produto a produto, quando efetivamente poderemos analisar com mais precisão quais serão as possíveis oportunidades e ameaças desse acordo. Levando em consideração que essas datas são apenas indicativas e que o Brasil ainda não apresentou sequer as suas ofertas iniciais de serviços, investimentos e compras governamentais, acredito que o caminho a ser percorrido deve aumentar ao longo do processo, gerando atrasos e adaptações ao que foi originalmente proposto.

Com a co-presidência das negociações sob o comando de Brasil e EUA, temos uma grande oportunidade de barrar a tentativa norte-americana de conduzir o processo de forma unilateral. Para tanto, precisamos adotar a mesma tática utilizada pelos EUA desde o início: a da defesa de seus interesses. Parafraseando o ministro Celso Amorim, precisamos definir se a Alca vale a pena, que Alca vale a pena e como chegar a essa Alca. Se definirmos que o nosso interesse está em obter as mesmas vantagens que o México e o Canadá obtiveram no acordo do Nafta, é isso que devemos perseguir. Se decidirmos que queremos apenas aumentar o acesso de alguns setores ao maior mercado consumidor do mundo, é preciso externar isso o quanto antes para que não soframos decepções futuras.